

“Aguçamento dos conflitos”

por Lázaro Evalir de Souza
de São Paulo

Um possível desaquecimento da economia brasileira poderá acirrar os conflitos entre as classes sociais, especialmente entre capital e trabalho, afetando o processo de transição política e a consolidação da democracia na “Nova República”. O temor é dos professores Bolívar Lamounier, da PUC — São Paulo, e Alkimar R. Moura, da FGV — São Paulo, e foi exposto num trabalho apresentado ontem no seminário sobre Economia Internacional, Dívida Externa e a Economia Política da Recuperação no Brasil.

Ambos recordam que a economia brasileira no ano passado foi puxada pelo bom desempenho da economia norte-americana e acreditam que, neste ano, esta não apresentará os mesmos níveis de 1984. Com isso, entendem que a economia brasileira também não terá bom desempenho, o que provocará o “aguçamento dos conflitos sociais” além de prejudicar o cumprimento dos compromissos externos.

Lamounier salienta que não ocorrerá “automaticamente” uma “desestabilização do governo”, mas garante que o decréscimo do crescimento econômico seguramente contribuirá para o acirramento dos conflitos. A seu ver, o governo só pode optar entre decisões difíceis, no plano econômico. Lembra que, no plano político, as coisas já estão definidas.

A argumentação do professor da PUC é a de que, como agora as decisões ganharão cores mais democráticas e pluralistas, as instituições que tomarão as principais decisões econômicas (Legislativo e as instituições sindicais) passam a ter grande importância no cenário nacional. E, em relação ao funcionamento

pleno dessas instituições, ele lança algumas dúvidas.

OS “RISCOS”

Outro que concorda que as decisões econômicas na “Nova República” serão “cruciais” para a consolidação da democracia é o secretário de governo de São Paulo, Luiz Carlos Bresser Pereira, que também participou do seminário. Para ele, a coalizão política que sustenta a “Nova República” está em “risco”, uma vez que “não há acordo sobre como resolver as questões econômicas”.

Para Bresser Pereira, o principal problema é a dívida externa e para combatê-la defende uma “capitalização forçada de parte dos juros sem rompimentos com a comunidade financeira internacional”. A princípio, segundo ele, os banqueiros iriam protestar, mas depois iriam aceitar, “sem retaliações”, uma vez que, a seu ver, o Brasil tem uma importância muito grande no seio da comunidade.

Também o professor Paul Singer, da USP, entende que a dívida externa

deve ser tratada de forma diferente. “Parece difícil”, diz ele, “uma recuperação no nível de desenvolvimento econômico no Brasil com o tratamento que vem sendo dada a dívida externa.”

Singer reclama da ausência de propostas políticas em relação à dívida externa. “Não se tem a menor idéia de como as lideranças políticas pretendem encaminhar esta questão”, assinala.

Além da dívida externa, Singer critica também a falta de discussão em torno de um tema que considera de vital importância, que é o da distribuição da renda. “Não se discute o nível de vida do brasileiro, que está abaixo de qualquer linha de miséria”, afirma ele, lembrando que a Relação Anual de Informação Social (RAIS) de 1983 revela que houve uma redução de 22% nos salários reais.

RENEGOCIAÇÃO

Diminuição dos juros internos, corte nos gastos públicos e renegociação da dívida externa. Esta receita, para um possível reordenamento da economia brasileira, redução do défi-

cit público e maior folga em relação ao setor externo, foi defendida ontem por Pêrsio Arida, secretário de Cooperação Econômica e Técnica Internacional da Seplan, durante o seminário.